



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2006

MESA: PRESIDENTE: Rui Jorge Ferreira Barros (PSD).

SECRETÁRIOS: Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD) e Carlos Alberto Couceiro Reis (PSD).

HORA DE ABERTURA: 14 horas e 15 minutos.

PRESENCAS: Avelino Silva de Almeida (PS), José Luís Gaspar Campos (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Manuel Monteiro Casais (PSD), Sandra Marisa Martins de Figueiredo (PS), Fernando Tavares Rodrigues (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), Rui Manuel Ferreira Almeida, (PSD), António Carvalho de Almeida Casais (PS), António Alberto da Silva Almeida (PSD), Eurico Correia Martins (PSD), Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS), Manuel de Almeida e Silva (PSD), Sónia Maria da Rocha Cela (PS), Paulo Jorge Bento Páscoa (PSD), Augusto Sequeira Machado (PS), Manuel Lagoa dos Santos (PSD), Vítor Manuel Figueiredo Portela Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Baiões (PSD), Celestino Manuel da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Candal (PS), António Ribeiro de Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais (PSD), José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio (PS), Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), Fernando Joaquim Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PSD), Carlos Manuel Rodrigues Guimarães, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PSD), António Luís Dias Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz da Trapa (PSD), Carlos Alberto Loureiro Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Lafões (PSD), António Jorge Martins de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Félix (PSD), Fernando Oliveira da Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho das Moitas (PSD), Gumersindo da Silva Marques, Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro do Sul (PS) em substituição de Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS), Carlos Alberto Marques Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PSD), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PS), João Rodrigues Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea (PS) e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS).

Esteve igualmente presente o Sr. Presidente da Câmara Municipal, António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo em representação da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Rogério Fernandes Duarte, José Carlos de Oliveira Duque e José Alberto Sousa.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS

- Período Antes da Ordem do Dia;
- Assuntos da Ordem do Dia:
 - 1 - Informação sobre a actividade e situação financeira do Município;
 - 2 - Discussão e votação da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local;
 - 3 - Discussão e votação da Declaração sobre a Luta Contra o Tráfego de Seres Humanos;
 - 4 - Discussão e votação de Proposta de Subscrição da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água;
 - 5 - Discussão e votação de proposta de rejeição da Proposta de Lei das Finanças Locais;
 - 6 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e seu suplente para participação no XVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
 - 7 - Discussão e votação das seguintes Propostas do Executivo:
 - 7.1 - Imposto Municipal Sobre Imóveis – Fixação da Taxa para os Prédios Urbanos e Prédios Avaliados nos Termos do Novo Código;
 - 7.2 – Carta Educativa do Concelho de S. Pedro do Sul;
- Período de Intervenção do Público.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a acta da sessão ordinária de 26 de Junho de 2006. Não havendo nenhuma intervenção, foi a acta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 37 (trinta e sete) votos a favor e 3 (três) abstenções, dos seguintes Srs. Deputados Municipais: Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS), Eurico Correia Martins (PSD) e Gumersindo Silva Marques, Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS) em substituição de Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS).

Correspondência recebida:

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses:

- Circular nº 84/2006-CO de 31/05/2006, remetendo exemplares do Boletim nº 147 da ANMP, referente ao mês de Maio/2006;
- Circular nº 85/2006-PB, de 13/06/2006, solicitando análise de iniciativas legislativas sobre o Protocolo do Estado disponíveis em site na Internet;
- Circular nº 90/2006-AG, de 20/06/2006, informando site onde estão disponíveis projectos de diploma: Finanças Locais, Empresas Municipais e Taxas das Autarquias Locais;
- Circular nº 96/2006-AS, de 27/06/2006, enviando, para subscrição, Declaração do 4º Fórum Mundial da Água;
- Circular nº 98/2006-AS, de 12/07/2006, enviando programa das comemorações dos 30 anos do Poder Local Democrático, que a ANMP vai levar a cabo até ao final do mês de Junho do próximo ano;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ofício nº 1093/2006-PB, de 11/07/2006, convidando a participar numa reunião, a ter lugar no dia 20/07, nos Paços do Concelho de Fornos de Algodres, referente a informação sobre negociações com o Governo, relativas a uma Nova Lei de Finanças Locais;
- Circular nº 103/2006-CO, de 10/07/2006, remetendo exemplares do Boletim nº 148 da ANMP, referente ao mês de Junho/2006;
- Circular nº 102/2006-LP, de 17/07/2006, remetendo Declaração sobre a luta contra o tráfego de seres humanos;
- Circular nº 105/2006-LP, de 24/07/2006, remetendo Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local.
- Circular nº 109/2006-PB, de 27/07/2006, remetendo comunicado emitido pela ANMP – junto dos órgãos de comunicação social – relativo à Lei das Finanças Locais;
- Circular nº 112/2006-PB, de 28/07/2006, informando que foi aprovada, em reunião do Conselho de Ministros, a Proposta de Lei das Finanças Locais (PLFL);
- Circular nº 113/2006-CO, de 31/07/2006, remetendo exemplares do Boletim nº 149 da ANMP, referente ao mês de Julho/2006;
- Circular nº 123/2006-LP, de 05/09/2006, remetendo Projecto de Programa e Ficha de Inscrição para a Conferência Europeia: “8 Caminhos para Mudar o Mundo – a Contribuição das Colectividades Locais e Regionais para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” a ter lugar em Lisboa, Centro Cultural de Belém, 12-13 de Outubro de 2006;

Da Câmara Municipal:

- Ofício nº 1876 de 20/06/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 22/05/2006;
- Ofício nº 2044 de 06/07/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 12/06/2006;
- Ofício nº 2139 de 12/07/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 03/07/2006;
- Ofício nº 2299 de 25/07/2006, remetendo convites para o Festival Andanças 2006;
- Ofício nº 2327 de 26/07/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 10/07/2006;
- Ofício nº 2486 de 16/08/2006, remetendo cópia da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de 24/07/2006;
- Ofício nº 2783 de 14/09/2006, solicitando inclusão de propostas na Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 29/09/2006.

Diversos:

- Ofício nº 127/2006 da Associação de Educação Física e Desporto de S. Pedro do Sul de 26/06/2006, convidando a assistir ao 10º Festival Nacional de Ginástica, a ter lugar no dia 02/07/2006 no Pavilhão Municipal de S. Pedro do Sul;
- Ofício Circular nº 14/2006 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 16/06/2006, convidando a participar na Sessão Pública sobre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) a ter lugar no dia 22/06/2006;
- Ofício da Associação Cultural e Recreativa de Arcozelo, datado de 12/06/2006, convidando a estar presente na inauguração da sua Sede Social, a ter lugar no dia 09/07/2006;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Ofício nº 114/2006 da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul datado de 16/06/2006, enviando convite e programa para as comemorações do 121º aniversário da Corporação, a realizar no dia 09/07/2006;
- Ofício da “Ver e Ouvir – audiovisuais, Lda”, datado de 22/06/2006, apresentando serviços a nível de som e gravação em DAT das sessões da Assembleia Municipal;
- Ofício nº 2633, da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), datado de 26/06/2006, enviando boletim de inscrição para participação no XXVI Colóquio Nacional da ATAM – R.A. Açores, a realizar de 09 a 12 de Outubro na Cidade de Angra do Heroísmo-Açores;
- Ofício da Assembleia Metropolitana da Grande Área Metropolitana de Viseu, datado de 27/06/2006, informando o apuramento dos resultados da eleição da Assembleia Metropolitana da GAMVIS, realizada em 26/06/2006;
- Ofício nº 256 da Assembleia Municipal de Lagos, datado de 29/06/2006, informação referente a apresentação pública de um novo canal de comunicação da Assembleia Municipal de Lagos na Internet;
- Ofício da Paróquia de S. Pedro do Sul, datado de 14/06/2006, convidando para festa de homenagem ao Revº Padre António Lopes da Encarnação, a realizar no dia 20/08/2006;
- Exposição apresentada por José Moreira referente aos maus cheiros provocados por águas que passam num rego junto à casa de Alexandre de Sousa, no lugar das Termas;
- Carta do membro da Assembleia Municipal, Vítor Manuel Almeida Figueiredo, solicitando informação acerca de autos de notícia levantados pelos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal no ano de 2005;
- Ofício da Association Nationale des Maires de Communes Thermales ref. 1º European Thermal Symposium/Registration file, 15, 16 e 17 Novembro 2006.

Publicações:

- Jornal do STAL nº 82, referente ao mês de Junho de 2006;
- Jornal “Associação” nº 214, referente ao mês de Junho de 2006;
- Revista “Ecos da Gravia” nº 142 referente ao mês de Maio de 2006;
- Revista “Ecos da Gravia” nº 143 referente ao mês de Julho de 2006;
- Revista da AIRV – Informação Empresa – Agosto 2006;
- Revista “Ecos da Gravia” nº 144 referente ao mês de Agosto de 2006;
- Jornal “Associação” nº 216, referente ao mês de Agosto de 2006;
- Jornal “Associação” nº 217, referente ao mês de Setembro de 2006;

Convites:

- Da Santa Casa da Misericórdia de Santo António para as comemorações do Dia da Misericórdia a terem lugar no dia 18/06/2006.
- Do Pároco de S. Pedro do Sul, António Lopes da Encarnação para participar no dia 03 de Setembro no programa relativo à apresentação do novo Pároco.
- Da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa para estar presente na Homenagem ao Abade Dr. Libório Loureiro no dia 17/08/2006 e na abertura do “III Festival da Broa” no dia 18/08/2006;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul para estar presente no reconhecimento público ao jovem Afonso Bandeira, pelo mérito excepcional demonstrado no excelente desempenho na área da matemática que terá lugar no dia 20/09/2006 no Cine-Teatro S. Pedro.

Apresentação de Justificação de Faltas:

- Do Sr. Deputado Municipal, Eurico Correia Martins, à sessão da Assembleia Municipal de 26 de Junho de 2006.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, para discussão de assuntos de interesse local, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Referiu que na semana passada choveu bastante e, mais uma vez a água do rio apareceu escura como já tinha acontecido em Julho. Perguntou à Câmara Municipal o que é que se passa, se sempre que chove isso vai acontecer, se iremos ter dificuldade em ter água limpa em casa. Se, na hipótese disso acontecer, que possibilidades há de tecnicamente resolver o problema. Também chamou a atenção para a existência, de um buraco na estrada de Negrelos no sentido Negrelos-Fataunços, há bastante tempo. Embora esteja sinalizado, pode vir a provocar acidentes. Já há um ano ou dois provavelmente que esse buraco lá está e perguntou o que é que a Câmara pensa fazer, se pensa tapar esse buraco para resolver a situação.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Procedeu à leitura da seguinte intervenção: "Ainda, e sempre, a defesa da floresta - Na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Abril passado, trouxemos a esta assembleia a questão sempre pertinente da protecção e defesa das nossas florestas, através de um mecanismo chamado Central Térmica de Biomassa, que, convenientemente negociado com o Governo, poderia vir para a região de Lafões. A isso respondeu o Sr. Presidente da Câmara com desdém. Como consta da acta, respondeu assim: *"Em relação à Central Térmica está a tentar-se descobrir a pólvora, existe uma em Mortágua, da EDP, que está fechada"*. Em relação à nova central disse: *"...estão a pensar que poderá localizar-se em Mangualde, ou Nelas..."*. O Sr. Presidente continuou dizendo: *"será mais importante para os produtores conseguirem um depósito dos resíduos do que um equipamento que venha produzir emprego ou compensar os produtores florestais..."*. São fantásticas estas afirmações do Sr. Presidente da Câmara: desde o sinal claro de desinteresse e de desistência manifestado pelo investimento, em favor dos concelhos do Dão, até à falta de verdade no que disse. A Central de Mortágua está em funcionamento, ao contrário do que afirmou, emprega 28 pessoas e injecta, por ano, na economia local, cerca de dois milhões de euros (400.000 contos). Ora, se estas razões são mais que suficientes para justificar a luta pela vinda do investimento para a nossa região do Médio Vouga (até há uma associação que poderia liderar o processo e fazer lobbying!), outra razão mais alta se levanta. Provavelmente, se a central já cá estivesse, este Verão a serra do Ladário (Oliveira de Frades/Sever do Vouga) não teria ardido como ardeu, nem o vale do Vouga lá para os lados de Valadares, nem a encosta do S. Macário lá para as bandas de Aldeia de Sul, por sinal terra do Sr. Presidente da Câmara. E não teriam ardido porque estariam limpas. É que com uma central destas na nossa região os nossos proprietários de pinhais estariam motivados a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

limpá-los, porque as distâncias a percorrer eram curtas, mas levar os restos de mato e ramagem do arvoredo para Nelas ou Mangualde jamais o farão, porque não compensa, dada a distância a percorrer. Mas os produtores florestais não estão organizados, repetirá o Sr. Presidente. Nós, Partido Socialista, perguntamos: não caberá à Câmara Municipal ajudar nessa organização? Claro que sim. Assim queira. Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 29 de Setembro de 2006. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Referindo-se à Internet e às novas tecnologias, disse: “A Internet é um instrumento poderoso ao nosso dispor nos dias de hoje. Através dela podemos encurtar distâncias e mais rapidamente obtermos informação ou necessidades do dia a dia. Contudo, tal como os jornais desactualizados perdem o interesse, a Internet ainda é mais rápida na necessidade de actualização. Isto tudo para referir desactualizado “site” da Câmara Municipal que deixa de cumprir os seus propósitos ao não ter uma actualização minimamente regular. Senão vejamos: a última acta da reunião Câmara publicada reporta a 12 de Junho, já devem ter havido 6, 7 reuniões posteriores. A da Assembleia Municipal reporta a 28 de Abril, estando também por isso desactualizada. Peço por isso, para que o “site” cumpra os seus objectivos, que se actualize regularmente para que os munícipes tenham mais uma forma informativa à sua disposição. Fica o registo, quer para o Sr. Presidente da Câmara quer para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. De seguida queria saber em que situação, se encontram as obras da Piscina Municipal, uma vez que a mesma está encerrada para reabilitação desde Junho e ainda se encontra, de facto, fechada aos utentes. Passa regularmente no local e não vê movimentações de obras. Uma vez que já começou o ano lectivo, queria saber também por isso, o ponto da situação e para quando a previsão de que este espaço público esteja ao dispor dos munícipes. Do documento enviado junto da convocatória, no documento da Divisão de Empreitadas e Projectos, na actividade desenvolvida, surgem duas dúvidas: 1ª “Centro de Saúde de S. Pedro do Sul – obras (Jardim anexo ao novo Centro de Saúde)”, Sr. Presidente não sei a que se refere esta obra, a que se refere este ponto, gostava de ter essa informação. 2ª dúvida “Construção de Polidesportivo de Vila Maior”, gostava de saber de que Polidesportivo se trata, pois segundo julga saber, o único Polidesportivo existente em Vila Maior, foi construído no ano passado antes das eleições, se é este que está em causa, porque aparece ainda neste documento? Na sua opinião, uma das freguesias que está neste momento mais mal servida em termos rodoviários no que concerne ao acesso a S. Pedro do Sul é a Freguesia de Pindelo dos Milagres. Além de ser uma estrada a necessitar de requalificação e reabilitação, esta neste momento torna-se extremamente perigosa em virtude da degradação do seu piso sendo mesmo preciso, em alguns pontos, um veículo quase parar ou parar mesmo para se cruzar com outro, tendo muitas vezes que se entrar na berma, o que pode causar acidentes. Da leitura que fiz à Carta Educativa era referido que havia em questão: Será importante na ligação ao futuro A24. Ora pergunto eu, será uma prioridade deste Executivo a sua requalificação? Está a Câmara Municipal atenta ao facto? É que a E.M 564, esta mesma, foi repavimentada e requalificada apenas até ao limite da Freguesia de Pinho, próximo do campo da bola, ficando aqueles 6Km a serem filhos de um Deus menor.”

- Sr. Gumersindo Silva Marques, Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS) em substituição de Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Procedeu à leitura da seguinte intervenção: “Assunto: Gestão de combustíveis nos espaços



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

florestais - Segundo a alínea a) nº 1 do artigo 15-º do Dec Lei nº 124/2006 de 28/06, nos espaços florestais previamente definidos nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios é obrigatório que a entidade responsável pela rede viária providencie a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros. Pergunto: 1-º O Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios municipal encontra-se concluído? Se sim, porque é que nunca foi apresentado às diversas entidades (Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia)? 2-º O que é que a Câmara Municipal, como entidade responsável pela rede viária, fez, para cumprir o que estipula este Dec.Lei, nomeadamente no que diz respeito à limpeza de mato numa faixa de 10 metros de largura em relação às estradas? S. Pedro do Sul, 28 de Setembro de 2006. Pelo Grupo Parlamentar do PS, Gumersindo Silva Marques.”

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Perguntou quais eram os critérios que estão subjacentes, não à atribuição de subsídios às colectividades, mas ao pagamento desses subsídios. Passando a explicar e, dando como exemplo uma colectividade desportiva, a União Desportiva Vilamaiorense que, em relação à época passada ainda recebeu só 10% do seu subsídio enquanto outras colectividades, nomeadamente desportivas, receberam 60, 70% ou até a totalidade do subsídio. Compreende que haja dificuldades financeiras, mas estas deveriam ser repartidas por todas as colectividades e não apenas por algumas. Gostaria de saber qual era o critério, até porque está muita coisa em questão nesta situação, porque a colectividade em causa tem camadas jovens, não precisa do dinheiro para pagar gratificações a jogadores e, está em situação financeira complicada e esteve quase para fechar as portas esta época, tendo tido dificuldade em inscrever a equipa no futebol sénior. Em relação ao novo Estádio da Pedreira gostava de saber qual foi o custo real final das obras que já aconteceram, quais os custos de manutenção do próprio Estádio, se é a Câmara Municipal que suporta esses custos, se é alguma das colectividades que usa o Estádio que também suporta alguns dos custos, quantos funcionários estão lá agora a trabalhar, se são funcionários da Câmara, se são funcionários das colectividades ou se são Poc's.

- Sr. Deputado Municipal Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS): Referiu que quem demanda as freguesias limítrofes ou anexas à E.R.228, tem regra geral como referência a própria estrada ou seja, quando alguém fora do Concelho de S. Pedro do Sul procura a Freguesia de Figueiredo de Alva, Vila Maior, S. Félix, a única referência que têm é seguir as indicações na direcção de Castro Daire. Acontece que quando chegam ao centro da Vila encontram, na Praça da República correctamente colocada, a placa a indicar Castro Daire, prosseguem e chegam à Ponte e só se fizerem a rotunda toda é que se apercebem que há uma placa a indicar Castro Daire. Já aconteceu, ainda há relativamente pouco tempo, alguém que procurava o Centro Social de Vila Maior, chegou a S. Pedro do Sul viu a placa na Praça da República, mas chegou à Ponte e seguiu em frente porque só se apercebe se se fizer a rotunda toda. A placa a indicar Castro Daire devia estar ali em frente, naquela rua que sobe para a Ponte. Agradecia que a Câmara procedesse à rectificação da colocação da placa.

- Sr. Deputado Municipal António Carvalho de Almeida Casais (PS): Referiu que já na última Assembleia, de 28 de Abril, falou sobre aqueles pilares colocados em Vilar. Já começam a ser um assunto falado, nomeadamente nos cafés, na opinião pública. Dizem que a Câmara já lá foi para retirar os marcos e que veio embora sem os retirar. Queria saber quais são as “démarches” que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

têm sido feitas no sentido de saber se realmente o indivíduo tinha ou não tinha autorização para pôr aqueles marcos e se não tinha autorização, porque é que ainda não os retirou e repôs o pavimento já que está ali a dar mau aspecto àquele local.

- Sr. Deputado Municipal Augusto Sequeira Machado (PS): Referiu que, em relação à água o Sr. Deputado Manuel Silva já tinha feito interpelação à Câmara para saber sobre a mesma, mas queria dizer mais uma coisa muito simples. Recebeu pelo Centro de Serviço de Ambiente da SAD, um relatório das águas da Vila e das Termas de S. Pedro do Sul, onde deram numa série de dias a água imprópria para consumo. A única coisa que ia referir e dizer é que lamenta profundamente que os serviços da Câmara Municipal, sabendo que a água estava imprópria para consumo humano, não tenha avisado as populações que se serviam desta água. Não ia dizer os valores, porque também os tinha concerteza, mas a Assembleia poderá saber muito bem que as bactérias 36 (trinta e seis) quando o mínimo é 0 (zero) e é isso que queria dizer. Gostava muito que os serviços da Câmara pusessem uns editais nas montras e nas unidades hoteleiras a avisar, “não consumam a água porque faz mal aos utentes”.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Referiu, ainda para falar da água, mas não da questão da água há dias ter aparecido suja, mas da água que vem escura, suja e poluída da Avilafões para o Rio Trouço e que depois chega ao Rio Vouga. Tanto quanto a imprensa noticiou, um grupo de cidadãos de várias freguesias do Concelho de Vouzela e, até mesmo aqui da freguesia, segundo na altura foi noticiado, instaurou uma providência cautelar contra a Avilafões no Tribunal Judicial de Vouzela. Como é sabido por alguns juristas que ali estavam dentro e, talvez até as outras pessoas saibam, estes tipos de processos que são as providências cautelares, andam mesmo em férias, porque são processos urgentes, como processo de um arguido preso por exemplo. Essa providência terá sido instaurada acerca de dois meses e tal, três meses. Gostaria de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento de algum despacho sobre essa providência cautelar, alguma decisão do Sr. Dr. Juiz do Tribunal Judicial de Vouzela, em que sentido foi e, se o Ministério do Ambiente já tomou alguma decisão ou deu alguma comunicação às Autarquias que se têm preocupado com esse assunto, nomeadamente a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, hoje aqui representada pelo seu Secretário e, diversas Juntas e tanto quanto sabe a Câmara Municipal de Vouzela. Porque o que se passa é que a Avilafões continua a laborar, não há conhecimento que tenha fechado e, tanto quanto sabe por vizinhos da Avilafões, continua a descarregar, a provocar maus cheiros, a prejudicar a saúde pública e a agricultura, não só nas várias freguesias do Concelho de Vouzela, o que também não nos é alheio, mas também estará a afectar as populações e a agricultura da nossa freguesia nomeadamente em terrenos situados nas zonas de Arcozelo, Comenda, Negrelos, etc.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que ia tentar manter a ordem das intervenções. A primeira foi do Deputado Manuel Silva sobre a qualidade da água na Vila. Como todos sabem e podem entender, um caudal para abastecer toda a zona da Vila, área urbana e Freguesia de Várzea não pode ser de nascentes, terá que ser captada no rio. O consumo aproxima-se de meio milhão de litros por hora e não estava a falar de sistemas que abastecem as grandes áreas metropolitanas, mas sim de sistemas rudimentares, comuns a todos os concelhos vizinhos. Por exemplo, Castro Daire utiliza o mesmo sistema, Oliveira de Frades também e Vouzela, porque a dimensão da zona



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

urbana é mais pequena, abastece a partir de nascentes. Em relação à captação do Rio Sul nunca houve grandes problemas, há realmente períodos em que a água falta na Vila, principalmente nas zonas mais altas e de Verão. Quem fiscaliza é a entidade sanitária, em todos os concelhos. Em S. Pedro do Sul é feita com regularidade e todo o grau de exigência, reconhece publicamente. Está na Câmara cerca de dois mil dias e a água teve problemas seis dias. Não condena quem tem responsabilidade política e tem que fazer o aproveitamento quando corre mal, mas não o podem acusar de não ter feito todos os esforços. Para que a população de S. Pedro do Sul pudesse tomar banho num domingo de manhã, passou-se quase um milhão de litros de água de Viseu para S. Pedro do Sul, com a colaboração da Câmara de Viseu. Toda a noite os camiões cisterna passaram novecentos mil litros de água e, sabem para quanto tempo deu? Deu para duas horas. Disseram que não mudámos os filtros. Aquilo não tem filtros, tem uma filtragem através de drenos que em condições normais consegue reter todas as impurezas. Perante este cenário, contactámos empresas do ramo, Câmaras que utilizam este sistema e iniciámos obras na passada terça-feira. A obra está a decorrer e acredita que este fenómeno não volte a acontecer. Não impede no entanto que, uma captação que é feita no rio, seja isenta de problemas. Ninguém pense que fosse esconder informação da Autoridade Sanitária, que mandasse cortar o abastecimento e não o cortasse. Quanto ao buraco na estrada Negrelos para Fataunços referido pelo Deputado Manuel Silva, vai investigar o que se passa. Em relação à providência cautelar, foi um assunto levantado mais tarde, que corre os seus termos no Tribunal de Vouzela e não tem informação que esteja decidida. Já fez ver às entidades competentes, nomeadamente aos Serviços do Ministério do Ambiente que acresce agora a poluição atmosférica. O Ministério terá que tomar uma posição. O Dr. Ferreira Gomes disse que, o melhor combate aos incêndios era uma Central de Biomassa, de tal forma que se S. Pedro do Sul tivesse uma não teria existido o fogo em Aldeia de Sul, Valadares, etc. Se estivessem presentes produtores florestais e empresários do sector, questionava se alguma vez foram solicitados pela Central de Mortágua para transportarem resíduos. Não diz S. Pedro do Sul, Vouzela, Oliveira de Frades, todos os concelhos à volta, se alguma vez foram solicitados. A instalação da Central de Biomassa na zona de Mangualde, a explicação que há, toda a gente sabe que vai para a Sonae, porque tem as suas instalações de madeiras na região de Mangualde. Todos os concorrentes disseram que iam concorrer mas já sabiam que ia ser entregue à Sonae. Isto é público, o Dr. Ferreira Gomes poderá questionar porque razão é que isso se passa. Não encontra razões que não sejam técnicas e de viabilidade. Não acredita que o Governo esteja a beneficiar a Sonae, ou a região entre Viseu e Mangualde. Concerteza que o Governo faz isso com a garantia que a viabilidade dessa central é a Sonae fazer o aproveitamento das madeiras que tem na zona de Mangualde. Em relação às obras da piscina municipal, não tem sido fácil. Aquele pavilhão tem problemas, está enterrado, está numa linha de água e a instalação eléctrica rebenta toda, chega a estar em situação de, o Deputado Pedro Bruno sabe, risco permanente porque as humidades são muito fortes. A piscina verde, os técnicos diziam que era pelo fundo, alteou-se a piscina, fez-se uma obra cara e continuou a verter. Depois era pelos canaletos, fez-se também obras. Agora deu orientações, enquanto não for determinado por onde verter, não podem andar a investir dinheiro e nunca se chega à conclusão do que se passa com a piscina. Em relação à estrada de Pindelo, é óbvio que já devia estar em Pindelo e não no campo de Pinho. O mais prático e cómodo seria já estar até ao campo de futebol de Pinho e agora continuar o tapete até



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pindelo, mas ficavam as curvas de Pinho que eram perigosíssimas, com inúmeros acidentes e iniciou-se por esse lado. Para o ano, é um compromisso que está assumido com a freguesia. Irão ser retomadas as obras de rectificação da estrada de Pindelo, para depois se proceder à colocação do tapete. Falou o Deputado Pedro Mouro sobre o subsídio ao Vilamaiorense, custa-lhe a crer que só tenha sido pago 10%. Vai inteirar-se do que se passa. Em relação ao Estádio da Pedreira, a obra foi adjudicada com o preço base que ultrapassou os 200 mil contos. Falta executar os balneários, a obra vai ser lançada a concurso e candidatada a uma medida que está disponível para infra-estruturas nomeadamente desportivas. Em relação à manutenção, é um campo municipal que está à disposição das colectividades e de grupos informais. Quem utilizar, paga o preço estipulado. Há um protocolo com clube sediado na Vila, neste caso a União Desportiva Sampedrense e o preço é o mesmo das outras colectividades. Poderá haver preferência em termos de utilização. Acontece o mesmo com o pavilhão das Termas, onde o Termas Oquei Clube também tem preferência. A Câmara Municipal tem dois funcionários a prestar serviço de apoio no estádio. Em relação à placa indicativa de Castro Daire, é oportuna a referência que fez o Deputado Manuel Mouro e vai tratar disso junto dos serviços técnicos. A intervenção do Deputado António Casais sobre os marcos em Vilar, parou numa fase em que o Vereador foi informado que teria havido negociação quando da passagem da estrada e que o terreno era do particular que colocou os marcos. O que é certo é que se veio a apurar que a estrada passava precisamente naquele sítio e não houve nenhuma cedência por parte do particular. Foi recordado o assunto e vai dar ordens para que o mesmo seja tratado através do Tribunal. A intervenção do Deputado Augusto Machado acerca da água, já tinha respondido no primeiro ponto. Não escondia que pudesse ter havido análises com algumas alterações, mas nunca foram suficientes para cortar o abastecimento. A questão levantada pelo Sr. Gumersindo quanto ao Plano de Defesa da Floresta, esclareceu que S. Pedro do Sul foi um dos primeiros concelhos a elaborar o documento e a entregá-lo oficialmente, só que a legislação foi alterada em Maio e tudo tem que ser reformulado, o que quer dizer que às vezes, por andarem depressa, têm destas coisas. Em relação à limpeza, os particulares são obrigados a limpar e a Câmara naquilo que são caminhos públicos é obrigada também. O Plano é acompanhado de uma candidatura para a limpeza das bermas e dos raios de protecção e, se for aprovada, também é aprovada a candidatura para a limpeza.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que não disse que a Central Térmica era a solução de todos os males da floresta, não é. O que disse foi "...através de um mecanismo chamado Central Térmica de Biomassa..." um mecanismo entre outros, uma solução entre outras e, depois mais adiante disse: "Provavelmente, se a central já cá estivesse, este Verão a serra de S. Macário não teria ardido como ardeu...", porque se a floresta estivesse limpa, provavelmente o fogo não se teria propagado como propagou e muito certamente os Bombeiros não andavam tão preocupados. Um proprietário com um pinhal em S. Pedro do Sul cheio de mato, completamente descontrolado em termos vegetativos, se tiver uma hipótese de dar solução ao estrume que corta nas redondezas, vai através dos Sapadores Florestais, ou através de pessoal que arranja, ou através dele próprio, limpar o mato do seu pinhal e vai encaminhar aqueles resíduos florestais para uma Central que esteja ali próxima e que paga "x" à tonelada e, como a deslocação é curta, até vai poder suportar aqueles custos com a deslocação, mas se for para o Dão, é evidente que fica longe e os custos que vai suportar não vão ser compensadores,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

então não limpa e, provavelmente, conforme ao Sr. Presidente também terão ardido pinhais em Aldeia, se o fogo chegasse a Figueiredo de Alva também havia pinhais da sua família que iam embora, porque estão por limpar e, estão os seus, estão os baldios das Juntas ou das Comissões de Compartes e estão todos os outros, porque de facto não têm condições para fazer limpeza. Toda a gente sabe que a população está envelhecida, houve um êxodo rural, a juventude saiu e não há condições materiais nem humanas para preservar a floresta, neste momento. Há que criar condições para facilitar a vida aos proprietários. Se a Câmara diz: A Central Térmica de Mortágua é um “elefante branco” e não queremos cá “elefantes brancos” Sr. Presidente, se aquilo fosse um verdadeiro “elefante branco”, nem o Estado, nem a Sonae estariam interessados em arranjar outros “elefantes brancos”. Sabia isto através da comunicação social que lê e anda atento às coisas e, aquilo que sabe é que na altura o Estado programou “x” Centrais para o País inteiro, leu esta notícia no Jornal “O Público” e que este era inquestionável em termos de qualidade. Vai ser destinada uma Central para o Distrito de Viseu, vai ser destinada uma Central para o Distrito de Viseu/Guarda. Quer dizer Viseu já tem uma, mas Viseu podia ter mais duas, uma algures na fronteira Viseu/Guarda – Mangualde interesse da Sonae que tem lá empresas industriais que produzem também resíduos e tem que dar sumiço àquilo. Mas porque é que há-de ir tudo para o Vale do Dão e não há-de vir nada para o Vale de Lafões? Será que não temos força, não temos “lobbies” aqui que consigam dialogar com o Governo e pressioná-lo para trazer algo para a nossa terra? Será que tem de ir tudo para o Dão, para aquele eixo? Por isso é que lamentou, perante a afirmação do Sr. Presidente, em Abril, que lhe tenha dado um sinal, uma imagem de desistência. Que não valia a pena, que veio cá um técnico das florestas e disse que aquilo estava destinado para lá e, como o técnico disse que aquilo estava destinado para o Dão, não vale a pena lutarmos. Quem é que nos diz que esse senhor também não faz parte do “lobby” do Dão? Se calhar ele até faz parte do “lobby” de lá, só para tramar S. Pedro e Lafões, Vouzela, Oliveira, Sever, Castro Daire e Arouca, porque não?

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Ao contrário do que disse há poucas horas o Ministro António Costa, que referiu que em relação à questão das autarquias, quem manda é o Governo da Nação e não tem que negociar com ninguém, põe em prática o que está no programa do governo, o Dr. Ferreira Gomes faz um juízo deste Governo que é quem mais pressiona. Isto foi feito por razões técnicas e tem confiança no Primeiro Ministro em termos de isenção. Não vai para o Dão porque puxam para o Dão, não vai para Lafões porque puxam para Lafões. Concerteza que há dados técnicos. É um bocado a fantasia da imitação dos Estados Unidos, onde os “lobbies” são oficiais e quando se entra para um parlamento diz-se logo quem é que se vai defender. Não acredita que o Governo fosse colocar aquele equipamento em Mangualde porque alguém de Mangualde, o “lobby”, o puxasse para lá. Isso não é assim com essa ligeireza. Não compensa fazer o transporte, é por isso que é um “elefante branco”, dos resíduos se não se situarem a 20, 30 Km do local, mas isso está resolvido. Quando o Dr. Ferreira Gomes diz que se existisse uma Central de Biomassa não teria ardido a nossa serra, está a querer dizer que a presença de uma Central de Biomassa podia ter obviado esses incêndios e portanto, será um meio de combate. Pode extrair-se acta para o Ministro da Administração Interna porque anda a investir tanto dinheiro na prevenção e combate e essa poderá ser uma das soluções. Está previsto que haverá em todas as zonas do distrito, nomeadamente aqui fala-se que ficará entre Figueiredo de Alva e



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pindelo dos Milagres, depósitos à responsabilidade de quem irá explorar a Central, onde as pessoas vão colocar os resíduos que depois serão transportados para a Central de Biomassa à custa do explorador da Central. Por isso é que é um empreendimento tão sensível que só uma Sonae ou um conjunto de grandes investidores consegue rentabilizar, porque necessita de fazer investimentos, não só no local da central, como acontece em Mortágua, mas com os respectivos depósitos, onde os Produtores Florestais vão entregar a um preço “x” os resíduos e depois o transporte é feito por conta da Central de Biomassa.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que o Sr. Presidente acabou por concordar com ele, afinal há “lobby”, a Sonae faz “lobby”. Acha que ainda sabe alguma coisa de geografia nomeadamente vegetal. Todos, que passamos na A25 a caminho da Beira Interior, sabem que a maior mancha de verdura que há no Distrito de Viseu é de facto na parte do Dão, mas a jusante para Nelas, Santa Comba, perto do Mondego e a nossa zona. Não é preciso andar lá a ensaboar ou a corromper quem quer que seja, basta fazer “lobby” com fundamento técnico e, temos essas condições, temos essas possibilidades, porque temos a floresta e Mangualde não tem floresta, tem giestas. Por isso é que tem lógica essa distribuição geográfica das Centrais, uma para Viseu a definir, outra algures para Viseu/Guarda, que possa satisfazer os interesses naquela parte dos dois distritos e, aí compreende-se a localização de Mangualde porque para o lado da Guarda ainda há menos floresta. A outra, a segunda é que podia muito bem ser puxada para cá e não foi e, é aí que bate. Não foi porque efectivamente os autarcas de Lafões andaram distraídos, pede desculpa por dizer isto, mas andaram distraídos e não puxaram para cá.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que acabava de lhe repetir que não há hipótese de rentabilizar essa central se não estiver encostada a outros investimentos. Não interfere nada com o proveito dos nossos produtores florestais em colocarem os resíduos, porque vai haver um depósito entre Pindelo dos Milagres e Figueiredo de Alva.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Referiu que queria levantar uma questão ao Dr. Ferreira Gomes que disse que a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não cria “lobby” junto do Governo. Então o Governo tem maioria absoluta que, “lobby” tem feito o Partido Socialista de S. Pedro do Sul e de Lafões, junto do Governo neste e noutros sentidos?

Neste momento, quando eram 15h30m, interromperam-se os trabalhos para um intervalo de 10 minutos.

Retomados os trabalhos quando eram 15h40m, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, procedeu à abertura do **Período da Ordem do Dia**, procedendo-se à análise do primeiro ponto da ordem de trabalhos: “INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO”, tendo se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Gumersindo Silva Marques, Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul, em substituição do Sr. Deputado Municipal Vítor Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul (PS): Disse: “Em relação à situação financeira do Município, eu julgo que quer ser demonstrada com o balanço apresentado pela Câmara Municipal. No entanto quem percebe um bocadinho de finanças e de contabilidade sabe que num balanço, o activo tem que corresponder



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao passivo, como é lógico e, se verificarem na segunda página na coluna do lado direito, em relação a 2005 tem uma verba 46.802.330,55 que corresponde à mesma verba na terceira página de 46.802.330,55 o que não acontece neste momento. Apresenta na terceira coluna a contar do lado esquerdo 48.204.173,05 no total do activo e no passivo 46.252.429,84. Logo, aqui há uma discrepância, nas verbas apresentadas. No entanto, um balanço normalmente deve ser apresentado no fim de cada período da actividade, quer seja de uma empresa quer seja de um município, porque representa o saldo final de cada uma das contas e, antes disso também um balanço deve ser apresentado dos balancetes analíticos antes e depois do encerramento das respectivas contas. Além disso deve ser também acompanhado essencialmente de uma demonstração de resultados para se aquilatar se o município está a dar lucro ou a dar prejuízo, o que não se verifica neste momento. Não sabe se estes documentos foram emitidos propositadamente, por negligência ou até se calhar por incompetência de quem está à frente da área financeira do município. No entanto há aqui algumas verbas que gostaria de questionar e que elas fossem esclarecidas. No activo imobilizado na rubrica 445 imobilizações em curso, aparece uma verba de 18.888.787,80 euros, que corresponde em moeda antiga a 3.767.758 contos; isto quer dizer imobilizações em curso, correspondendo a obras que o município traz em curso neste momento? Se são obras que o município traz em curso acho que é um bocado exagerado, gostava que fossem relacionadas quais são as obras, onde é que elas se realizam e o montante por cada uma. Aparece também logo a seguir em imobilizações corpóreas, a rubrica 442 também com imobilizações em curso de 4.241.484,06 também mobilizações em curso, portanto dinheiro antigo 848.297 contos. Também como disse, são obras em curso, gostaria de saber a que obras é que diz respeito, onde é que elas se localizam e qual o seu montante. Na rubrica de investimentos financeiros, partes de capital, em relação a 2005 houve um acréscimo de 450 mil euros. Pelo conhecimento que tenho e, por um balancete que tenho disponível da Termalitur, julgo que esta verba foi investida portanto na Termalitur e diz aqui que o investimento financeiro é parte capital, que terá sido investida na Termalitur porque segundo o relatório, e eu passo a citar, do Revisor Oficial de Contas da Termalitur no primeiro semestre de 2005, alertava a Câmara para a grave situação que a Termalitur vinha a apresentar, portanto que já tinha ultrapassado em mais de 50% os capitais da empresa e que estava em riscos face ao novo código das sociedades comerciais de vir a ser dissolvida. Acontece que no balancete da Termalitur a Câmara Municipal não apresenta lá como participante no capital, mas sim como cliente, com essa verba e que ainda deve 100 mil euros à Termalitur. Em custos diferidos aparece aqui uma verba também de 58.510,41 euros. Também gostaríamos que evidentemente essa verba fosse esclarecida e a que custo é que diz respeito. Como é um balanço, também devia de apresentar o resultado do exercício que não apresenta, portanto é uma gaffe também que existe aqui no próprio balanço. Nas dívidas a instituições de crédito, não sei se estarão correctas se não estarão correctas, neste valor aqui não me irei pronunciar muito e, portanto gostava também de saber era o caso da rubrica de fornecedores que é a rubrica 221, que apresenta um saldo de 3.062.977,04 (612.595 contos), que acho que é uma verba muito baixa, tanto mais que há um outro documento fornecido pela Câmara Municipal, que diz que tem cabimentados 23.355mil euros e comprometidos 21.124 mil, facturados 19 mil e pagos apenas 9 milhões de euros, portanto há aqui um dívida de 10 milhões de euros. Em fornecedores imobilizados apresenta uma verba de 5.624.840,47 euros, gostaríamos também de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

saber se isto é uma verba que ronda em contos 1.124.968 contos, se isto diz respeito aos leasings que a Câmara tem, ou não. Na rubrica das despesas com a Administração Autárquica em relação 2005, só em oito meses, a verba aumentou 538 mil euros, ou seja 107 mil contos. Aparece aqui também uma outra rubrica, 262+263+267+268 outros credores 1.441.430,12 euros, 288.286 contos. Que credores são estes a que município se refere e quais são os montantes de cada um. Depois na rubrica proveitos diferidos, em 2005 a Câmara apresentava 1.800.000,00 euros, que julgo que seriam as rendas que a Termalstur deve ou devia à Câmara Municipal e neste momento, quando foi 31 de Agosto, apresenta aqui de proveitos diferidos 970.000,00 euros, isto serão já receitas, ou sejam rendas recebidas pela Câmara. A que ano é que respeitam e qual é o montante em cada um dos anos. Era só isto que gostava que fosse esclarecido.”

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que não ia descer ao pormenor técnico do Sr. Gumersindo, ia antes fazer uma intervenção de pendor político conforme era habitual e, que se prendia exactamente com este tema da situação financeira, procedendo à sua leitura: “Que as contas na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não andam bem, há muito que o sabemos. Que as contas na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não andam bem atesta-o o Relatório de Gestão de 2005, discutido em Abril último, com a dívida a ultrapassar os vinte e três milhões de euros. Que as contas na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não andam bem prova-o a urgência tentada de antecipar as rendas dos Parques Eólicos até daqui a 15 anos, rendas essas que deverão constituir receita dos executivos de então, com prejuízos financeiros no presente. Que as contas na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não andam bem, nem a gestão do dossiê da antecipação dessas rendas, demonstra-o, conforme notícia do jornal Correio da Manhã, a devolução do processo por parte do Tribunal de Contas. Que as contas na Câmara Municipal de S. Pedro do Sul não andam bem, atesta-o a lista publicada no mesmo jornal, em 23 de Setembro último, em que S. Pedro do Sul aparece como a oitava Câmara Municipal mais endividada do País, com uma percentagem de 194%, face à nova Lei de Finanças Locais, prestes a ser aprovada. Uma vergonha! Não há forma mais demolidora para a imagem de uma pessoa individual, colectiva, ou institucional, do que ver o seu nome aparecer publicamente numa montra, num escaparate, ou num jornal, incluído numa lista de não cumpridores, de caloteiros. Como vão reagir, futuramente, os agentes económicos que se relacionam com a Câmara Municipal perante uma Câmara Municipal assim? Não há muito tempo, basta recuar sete anos, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul era um município de referência nos pagamentos a fornecedores e empreiteiros, porque cumpria, porque estava organizada, porque era rigorosa na gestão. Hoje, é o que se vê... Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, 29 de Setembro de 2006. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista”.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que em relação ao assunto das Eólicas, como o Dr. Ferreira Gomes referiu, já veio no Jornal Correio da Manhã, mas também já apareceu no Jornal O Público que o processo foi devolvido, pensa que por falta de elementos, por o processo estar incompleto. Gostaria de saber em que ponto está a situação, uma vez que a obra das Termas continua a andar e tudo aponta para que a antecipação das rendas, neste caso das Eólicas, seja uma medida inconstitucional e tudo aponta para que a nova Lei das Finanças Locais venha a chumbar todo o tipo destas situações. Gostaria de saber se a Câmara Municipal tem algum plano B para sobretudo pagar à Somague as obras do Balneário. Numa das últimas



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleias falou-se que esse plano B poderia ser as rendas que a Câmara usufrui das Termas, mas todos sabemos, neste momento, a Câmara já está a antecipar rendas da Termalitur, pensa que, por necessidade de tesouraria. Pelo menos em 2005 antecipou já um ano de rendas ou seja, um milhão e oitocentos mil euros. Não sabe se irá antecipar já a seguir, mas gostaria de saber se há um plano B para o caso, tudo aponta que as rendas das Eólicas seja chumbada e o que é que irão fazer se também não têm mais alternativa, se a obra irá continuar, como irão pagar. Por outro lado, também viu que há uma deliberação da Câmara em que a situação das Eólicas seria já entregue ao Banco BPI. Gostaria de saber em que moldes é que foi feito, se houve outros Bancos a concorrer, quais os custos que isto iria ter para a Câmara, apesar dessa situação parecer que irá ficar parada, pelo menos para já.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Disse que o Dr. Ferreira Gomes está preocupado com a dívida da Câmara. A Câmara sempre deveu dinheiro, que saiba, desde o 25 de Abril. Aliás, as Câmaras que mais obra fazem neste País, devem muito dinheiro. Segundo notícias recentemente divulgadas, crê que cerca de 170 Câmaras, tinham esgotado a capacidade de endividamento. Mais que preocupado com a situação desta e doutras Câmaras, deste e doutros concelhos, está do nosso País, quando com o actual Governo do Partido Socialista, a dívida pública está em 69% do PIB, 9% acima daquilo que prevê o Pacto de Estabilidade e Crescimento, isso é que o preocupa mais.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Relativamente ao que o Dr. Ferreira Gomes disse, que as contas da Câmara financeiramente não andam bem, seria realmente um contra-senso a Câmara de S. Pedro do Sul, porque está em Portugal andar bem, quando as contas andam todas mal. Mas tinha uma novidade: já que o Dr. Ferreira Gomes interpelou, não o faria se não fosse alguém com responsabilidade. Sabem quanto é que a Câmara deve à banca neste momento? A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul deve à banca neste momento, dois milhões e trezentos mil contos. Sabem quanto é que o Dr. Ferreira Gomes deixou ficar? Dois milhões, falando claro, um milhão novecentos e oitenta contos, dívida em 31 de Dezembro de 2000. Se herda uma dívida à banca de dois milhões de contos e após seis anos, com toda a obra que foi feita, deve dois milhões e trezentos mil, é preciso não ter um pingão de vergonha, Dr. Ferreira Gomes, o Partido Socialista vir falar da dívida. Já ouviu e calou-se, porque as pessoas merecem-lhe todo o respeito e, não vai embarcar nessa, porque são os “cristãos” novos do Partido Socialista que o tentam empurrar para o conflito com quem esteve. Agora há moralidade, quem deixa ficar uma dívida de dois milhões de contos, passados seis anos é de dois milhões e trezentos mil, e vir dizer que foi ele que rebentou financeiramente a Câmara. A Comissão Administrativa esteve três meses em gestão, não podia pedir dinheiro. Está na Câmara há quase cinco anos sem poder pedir um tostão, ao contrário de antigamente, em que todos os anos se pedia, mesmo assim conseguiu fazer obras. Essa questão é do mais sujo em termos de demagogia, dizer que a dívida se deve aos seis anos em que esteve à frente da Câmara. Quem pediu dinheiro anterior a ele estava com toda a legitimidade, não o levou para casa, fez o melhor pelo concelho, vamos deixar de fazer demagogia. O Partido Socialista tem que ter a coragem de indicar a obra que não devia ter sido feita. Não queriam o Estádio, o Cemitério Municipal, a obra da Ponte e as obras nas freguesias. Peçam um relatório aos Presidentes das Juntas para indicarem as obras que a Câmara não deveria ter feito. Façam isso e apresentem um relatório. Em relação à renda das Eólicas, é óbvio que não



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podem pedir dinheiro, a capacidade de endividamento está ultrapassada. O Tribunal de Contas não devolve processos, pede esclarecimentos, e o que pediu foi o seguinte: “Digam porque querem fazer um empréstimo quando não têm capacidade de endividamento?” É uma pergunta para ganhar tempo, ninguém pediu para fazer empréstimo, pediram a antecipação das rendas. O Tribunal de Contas para ir ganhando tempo, não o fez só a S. Pedro do Sul, fez a todas, para interromper o prazo de trinta dias, veio fazer uma pergunta que já responderam. Se a resposta for negativa é evidente que assume a componente política da decisão. Quanto ao pagamento da obra, vamos investir hoje um valor que demora 15 anos a reaver e não está a gastar dinheiro dos futuros. Quem vier a seguir vai aproveitar o dinheiro gasto numa obra que se repercute no tempo. Era mais cómodo deixar estar tudo como estava, mas pensa que não seria a atitude correcta. A obra é necessária e imprescindível ao desenvolvimento do concelho e das Termas. Quanto à questão técnica que foi frisada em relação ao balanço, antigamente quando era um papel com quatro colunas, nunca se discutiu, agora que trazem uma informação mais completa, discute-se a conta de gerência em cada Assembleia. Se calhar por uma questão prática, mantinha aquilo que vinha ao longo de anos, uma folha com quatro ou cinco colunas. Passava a palavra ao Dr. Sousa.

- Sr. Vereador José Alberto Sousa: Referiu que fizeram as perguntas e deram as respostas, portanto a maior parte das coisas já estavam respondidas. Evidentemente que não podia aceitar dúvidas sobre a veracidade do documento, mas passava a explicar alguns pormenores apesar de não estarem a falar da conta de gerência. Como o Sr. Presidente disse, relativamente ao documento, é este que sai da aplicação do Pocal, que não está consolidado, mas o Sr. Gumersindo fez a pergunta e deu a resposta, disse o motivo pelo qual não estava consolidado. Relativamente às imobilizações em curso, nos bens de domínio público, elas só passam para a conta 453 no fim de estarem inventariadas. Estes 18.888.787,80 euros só significam que a Câmara fez muita obra! Fez obras neste valor e evidentemente algumas já estão concluídas, mas ainda não existe a recepção definitiva. Evidentemente que ainda não estão inventariadas e é só esse o motivo, mas se quiserem a relação de todas as obras da conta 445, é uma questão de requererem por escrito, que a mesma será fornecida. Depois relativamente às imobilizações em curso de imobilizações corpóreas, é exactamente a mesma coisa. Aqui consegue dizer-se que é a grande obra do Balneário que estará na conta 442. Relativamente ao aumento do capital, mais uma vez o Sr. Gumersindo, que está a par, fez a pergunta e deu a resposta. Tem a ver com o aumento de capital da Termalístur e com uma coisa que já herdaram, que é uma participação na Beiragás. A dívida a clientes conta corrente é exactamente a que aqui está. De acréscimos e diferimentos, o Dr. Mouro deu a resposta à pergunta do Sr. Gumersindo, portanto a sua resposta é a pergunta do Dr. Mouro. A pergunta do Dr. Mouro falou de proveitos diferidos. Um proveito diferido é uma receita do próprio ano de um proveito desse ano e seguintes. Evidentemente que há aqui proveitos diferidos, o Dr. Mouro fez a pergunta a dar a resposta ao Sr. Gumersindo. De dívidas a instituições de crédito, que era aquilo que o Sr. Presidente falava, têm o valor 11.348.807,58 euros e, acrescentou uma informação que é a previsão que têm de que, no final do ano, fique nos dois milhões de contos. Em relação a administração autárquica, perguntem aos Srs. Presidentes de Junta de onde vem essa dívida. Foi obra feita nas Juntas, se passou de um valor para outro é sinal que houve muita obra feita nas Juntas. É isso que significa esse valor. Outros credores é uma conta residual. O que é que significa uma conta residual? Significa tudo aquilo que não se inclui



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nas de cima e são 1.441.430,12 euros. Mas quem fez as perguntas está muito a par das respostas. Relativamente ao processo das Eólicas, o Sr. Presidente já falou, mas ia clarificar mais um pouco. Não há ninguém ou muito pouca gente de bom senso, que considere aquilo um empréstimo, porque um empréstimo tem características totalmente diferentes e o que o Tribunal de Contas está a fazer, no caso de continuar a considerar um empréstimo, é a pôr em causa totalmente o Pocal, ou seja o Pocal fica todo invertido porque as classificações já não são as mesmas. Empréstimos obtidos classificam-se na conta 23, proveitos diferidos na 274, ou seja o Tribunal poderá estar a pôr em causa uma Lei e, um júri destes sabe perfeitamente que o Tribunal não será propriamente para fazer leis, mas sim para dar parecer, se está ou não está correcto. Poderá haver esse problema, porque isto não é um empréstimo, não estão a pedir capital alheio, num empréstimo tem que se pedir coisa alheia. Estão a pedir uma receita que é da actividade normal do próprio Município, é uma cessão de créditos.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que lhe custava a entender o tom inflamado com que o Sr. Presidente reagiu à sua intervenção, porque quando não se tem “rabo de palha” acha que a calma comanda as pessoas e os raciocínios e a verdade é que o Sr. Presidente foi um bocadinho além do tom de voz, injusta e indevidamente. Lembrava apenas uma coisa: quando chegaram à Câmara em 1989 e estão documentos arquivados que o atestam, ninguém questionou esses valores. O orçamento de então andava nos 600 mil contos, mas a dívida da Câmara, já então, ultrapassava o valor do orçamento e andava nos 700 mil contos ou seja, a dívida da Câmara aos mais diversos agentes económicos superava os valores orçamentados em 1989, quando o PS chegou à Câmara e herdou o poder do PSD. O Sr. Presidente cita agora que, quando chegou à Câmara em 2001, que nas contas de 2000 a dívida à banca rondaria os 2 milhões de contos, não contesta estes valores porque não os tem, mas o Sr. Presidente apontou o dedo à sua pessoa e citou o seu nome claramente, como se ele fosse o Presidente da Câmara de então e, ele nem tão-pouco era Presidente da Câmara, nem em 31 de Dezembro tão-pouco era Vereador, porque conforme o Sr. Presidente da Câmara se lembrará, renunciou ao mandato em Junho de 2000, ele e os seus colegas e, a partir daí quem ficou aos comandos do “barco” foi o Presidente da Câmara de então mais dois colegas do PSD, entre os quais o actual Presidente da Câmara, na então chamada Comissão Administrativa e toda a gente se recorda dos investimentos que se fizeram no segundo semestre de 2000. Era obras por tudo o que era sítio. Não havia sítio onde não houvesse máquinas e onde não houvesse obras e, algumas perfeitamente disparatadas. Tão disparatadas que por exemplo a Câmara actual se viu obrigada a rebentar um tapete na estrada municipal de Goja-Sendas, junto à Escola Primária para ser mais preciso, um tapete posto então, foi todo esventrado agora para fazer as obras de saneamento. Quer dizer, foi um investimento de categoria! Um tapete feito há meia dúzia de anos e agora foi todo rebentado, inutilizado porque houve que introduzir a infra-estrutura. Aí está a prova de que se trabalhou muito mal nesse semestre da Comissão Administrativa. O que gostava de saber e, aí é que são os números verdadeiros porque ele só pode ser responsabilizado, em termos de contas, de despesas e investimentos até 31 de Dezembro de 1999 e esses números é que gostava de ter com ele, tem-nos em casa, mas na próxima sessão da Assembleia o Sr. Presidente poderá chamar à colação esses documentos, ou ele também os pode trazer e, então aí podem fazer luz sobre quem mais gastou, quem mais investiu, quem mais despesa fez e quem mais dívida deixou. Da forma



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como falou e usando a verbe que usou, isso foi demagogia pura. Admitindo que esses valores estão correctos e, quer acreditar que estão correctos, esses cerca de 2 milhões de dívida, qual foi a dimensão do orçamento de 2000? Os valores orçamentados e previstos para este ano estavam muito acima do valor da dívida. O saldo final no ano era positivo, ao invés do 1989 quando cá chegaram em que o saldo era negativo. Devia-se mais do que se movimentava durante o ano, que no fundo acaba por ser mais ou menos essa história que agora anda aí nos jornais, nessa lista negra, 194% de endividamento. Ninguém está contra as obras que fizeram, acha que há aqui um equívoco de interpretação. Quando trazem alguma observação sobre a obra A ou B é por causa da deficiência em termos de elaboração e ineficácia dessa obra, ou de inoportunidade dessa obra, porque todos queremos ver a nossa Vila bonita, funcional, apazível, apelativa, assim como as nossas aldeias. Ninguém está contra às obras, quanto mais obras melhor. Todos pugnam pelas obras. Acabou por dar o exemplo da estrada de Vila Maior, ou outras. Da mesma maneira que houve esse frenesim eleitoralista no segundo semestre de 2000, porquê? Porque vinham aí eleições e o Presidente de então precisava de mostrar obra. Quando veio trazer a sua intervenção sobre a situação financeira do município, veio fazê-lo tentando arranjar uma argumentação para questionar, conforme questionou na parte final. Como vão reagir futuramente os agentes económicos que se relacionam com a Câmara Municipal, perante uma Câmara Municipal com uma imagem pública como esta que se tem feito passar ultimamente nos órgãos de comunicação social? Acha que não dignifica ninguém, o nome do concelho, não dignifica a Assembleia e muito menos dignifica o Executivo que está na primeira linha na resolução dos problemas, nomeadamente estes económico-financeiros. Assim, se o investidor, empreiteiro, se o fornecedor, comerciante local ou de fora, tem que relacionar-se economicamente com a Câmara, ele vai fazê-lo com muitas reservas e, provavelmente vai inflacionar os valores porque sabe que vai receber tarde e mal e, isto vai custar mais dinheiro aos cofres do município e, esta é que é a verdadeira questão. Esta é a sua preocupação, porque a dívida é muito avultada e as contas, na sua opinião, andam descontroladas.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Referiu que o que estava ali a ser discutido pelo Dr. Ferreira Gomes era a dívida total, não estavam a falar só da dívida à banca. O Sr. Presidente chamou a si só a discussão da dívida à banca, em relação aos valores dos 10 milhões de euros. Não se podiam esquecer que a dívida a fornecedores é outro tanto e, já que os remeteu para irem ver em 2001 quanto era a dívida à banca, agora ele remete para irem ver em 2001 quanto era a dívida a fornecedores. Realmente reconhece que em 2005 teve, como disse, que se “desunhar” por não poder pedir empréstimo à banca, mas também lembra que em 2005 anteciparam da Termalitur 360 mil contos de rendas que não eram referentes a 2005. Foi uma ajuda que tiveram, não pediram empréstimo mas receberam em 2005. Em relação às Eólicas, só porque o Dr. Sousa disse que o Tribunal de Contas estava a dizer que ia ser um empréstimo, o Executivo não considera que seja um empréstimo. Disseram que o Tribunal de Contas também estaria a ganhar tempo. Não sabe se está a ganhar tempo ou não está. Se é empréstimo ou não, não sabe. A única coisa que pode dizer é que a nova Lei das Finanças Locais, ante-projecto, diz no artigo 38º, nº 12 – “É vedada aos municípios a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.” Não é um empréstimo mas se é um crédito não vencido, o que é que isto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quer dizer? Quer dizer que a situação das Eólicas será mesmo para esquecer, com a nova lei. Se as Eólicas serão para esquecer, se as rendas da Termalístur já estão a ser antecipadas para necessidade de tesouraria porque a Câmara não pode recorrer a empréstimos, presume que as rendas das Termas também não irão servir para pagar a obra do Balneário e, como disse há pouco, prevê pagar o Balneário em 15 anos, pergunta: A Somague já sabe que a Câmara Municipal vai demorar 15 anos a pagar a obra? Ou terão um plano B ou C já para pagar a obra, algum fundo de investimento, alguma situação, porque não tendo as Eólicas, precisando do dinheiro das rendas das Termas para o funcionamento da Câmara, terá que haver uma terceira via para pagar o Balneário. Não havendo nenhuma candidatura a nenhuma verba do quadro comunitário, gostaria de saber se há esse plano C, ou se a Somague já sabe que será pago em 15 anos e como é que será pago.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: O Dr. Ferreira Gomes na sua intervenção fez algumas confusões. A primeira foi em relação à vigência da Comissão Administrativa. As obras realizadas pela Comissão Administrativa foram as que estavam lançadas, porque estavam em mera gestão e se houve febre, foi na altura em que entrava presidente e saía presidente e cada um lançava as obras que pudesse. Fizeram muito bem, mas não foi a Comissão Administrativa que lançou essas obras, nem tinha tempo, um concurso não se faz em três meses. A segunda, foi o tapete na estrada de Goja que está feito há seis anos, o saneamento só agora lá chegou, numa extensão de alguns metros da estrada e, não se iam sacrificar as pessoas durante seis anos com uma estrada cheia de buracos. Em relação ao que disse, tinha falado para ele e não para o anterior Presidente. Nunca o seu antecessor veio a terreiro dizer que tinha reventado a Câmara financeiramente. Tem que falar para as pessoas que fazem a afirmação. Devem dois milhões e trezentos mil e, quando o Dr. Ferreira Gomes saiu um milhão e novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e quatro contos, números exactos que fazem parte da contabilidade. O Dr. Ferreira Gomes vem argumentar em sua defesa, que entrou com setecentos mil contos e saiu com dois milhões, há um diferencial de um milhão e trezentos mil contos, mais de um milhão de contos do que foi a vigência destes seis anos. Vamos assumir todos a responsabilidade e essencialmente a seriedade. O Deputado Pedro Mouro, entende que não é possível a antecipação das rendas, pergunta: como é que um Secretário de Estado vem alertar as autarquias a dizer; cuidado não façam a antecipação de rendas porque vai entrar a nova lei. Isto é sinal que se pode fazer agora. Há aí uma contradição insanável porque o Secretário de Estado veio fazer esta afirmação.

Procedeu-se de seguida à análise do segundo ponto da ordem de trabalhos: “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CARTA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DAS MULHERES E DOS HOMENS NA VIDA LOCAL”, relativamente ao qual foram distribuídas, previamente, fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo, tendo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, esclarecido que a Associação Nacional de Municípios Portugueses remeteu esta documentação e pediu para que fosse discutida e votada na Assembleia.

Verificando-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Referiu que ainda não havia muitos anos em Portugal, as mulheres não tinham nem sequer direito a voto, concretamente no tempo de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Salazar, no tempo de ditadura que oprimiu o País durante 50 anos. Só votavam as mulheres viúvas porque eram as chamadas “chefes de família”. Felizmente hoje o Código Civil diz que o chefe de família é bicéfalo, é o homem e a mulher. Ainda antes do 25 de Abril, já no tempo de Marcelo Caetano, todas as mulheres puderam passar a votar desde que tivessem 21 anos, que era a idade mínima. Hoje todas as mulheres podem votar, desde o 25 de Abril, tal como os homens, desde que tenham 18 anos. Sabemos também a luta que houve das mulheres pelos sufrágios, em vários países que, já na altura, eram democracias nomeadamente na América que é uma democracia já com muitos anos, mas há cento e poucos anos, as mulheres ainda não tinham direito a voto, por exemplo. Agora olhando para esta Assembleia recorda que a primeira vez que foi eleito para esta Assembleia foi em 1989 e, está a ver ali algumas pessoas que foram seus colegas, uns no PSD outros no PS dessa Assembleia e, na altura nesta Assembleia havia apenas quatro mulheres e já eram 40 elementos, portanto eram 36 homens, era a D. Maria de Lurdes, Presidente da Junta de Freguesia de Baiões, já falecida, a D. Lídia Duque, a Dr^a Ester Vargas e a D. Fátima Moreira. Hoje olhando para esta Assembleia vê-se 37 homens e 3 senhoras. Acha que a disposição continua a ser a mesma. Agora já há a lei das quotas, nunca foi nem é a favor da lei das quotas, acha que as pessoas devem ser promovidas independentemente do sexo, da raça, da ascensão social. Não foram necessárias quotas para que ele hoje na função pública onde trabalha, 60% dos funcionários públicos sejam mulheres, ou também à volta de 60% dos estudantes universitários sejam mulheres, na política também não seria, mas a lei está aprovada, é a lei que temos. Até devido à lei, nas próximas eleições autárquicas iremos ter mais mulheres, o que é saudável. Apelava quer ao seu partido PSD, quer ao PS, quer até aos outros partidos que não estão ali representados, que concorrem às autarquias locais, nomeadamente CDU e CDS, que tenham é cuidado nas pessoas que escolhem, se pautem por critérios de qualidade quer em relação a homens quer em relação a mulheres. Não está a criticar de falta de qualidade desta Assembleia, ou Câmara, ou as Juntas ou seja quem for em S. Pedro do Sul, mas todos vêm diariamente na comunicação social, particularmente em artigos de opinião. Há uma grande falta de qualidade na classe política actual, que afasta as elites, o que é mau, o que prejudica a vida do cidadãos e o que, espera não estar a exagerar, a prazo não tão longo como isso, poderá pôr em causa o próprio regime democrático.

Não havendo intervenções, foi o presente documento colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise do terceiro ponto da ordem de trabalhos ”DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFEGO DE SERES HUMANOS”, relativamente ao qual foram distribuídas, previamente, fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo.

Não havendo mais intervenções, foi o presente documento colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise do quarto ponto da ordem de trabalhos “DISCUSSÃO E



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA”, relativamente ao qual foram distribuídas, previamente, fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo.

Verificou-se a seguinte intervenção:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que gostaria que pusessem em execução alguns destes pontos, nomeadamente o ponto 1.1. que diz: “A água doce é um recurso limitado e vulnerável, indispensável para a vida e para o desenvolvimento do ambiente, é um bem comum e um património da humanidade.” Portanto acha que todos já nos apercebemos que nomeadamente muitos conflitos ou a generalidade dos conflitos do Médio Oriente, tem como ponto de partida o problema da água, a desertificação daquelas paragens e, efectivamente todos nós quando não temos água ou quando temos água não potável, imprópria, nos sentimos mal. Aquilo que vão ficar a aguardar, da parte do executivo do nosso município, é que as obras de abastecimento de água continuem e a um ritmo tão acelerado quanto o possível, porque conforme é dito no ponto 1.2 “Todos os seres humanos têm direito à água, em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas...” sob pena de isto virar uma questão de saúde pública, portanto é bom que todos nós tenhamos consciência disso e, por isso é que, com todo o gosto, também subscrevem esta Declaração do 4º Fórum Mundial da Água, que em boa hora nos é trazida para alertar consciências e chamar atenção de muita gente, especialmente aqueles que têm poder de decisão.

Não havendo mais intervenções, foi o presente documento colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Procedeu-se de seguida à análise do quinto ponto da ordem de trabalhos “DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE REJEIÇÃO DA PROPOSTA DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”, relativamente ao qual foram distribuídas, previamente, fotocópias por todos os membros do órgão deliberativo. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Sr. Presidente da Câmara, embora fosse um tema da Assembleia Municipal, para dar uma visão geral do que é a proposta de Lei das Finanças Locais, ou ele ou o Vereador naturalmente, uma vez que é uma matéria técnica, como já se haviam apercebido quando começaram a discutir contas, é tudo muito técnico. Crê, como ele não está, que muitos membros da Assembleia não estejam bem dentro do que é esta proposta de Lei e qual o reflexo, o impacto que esta lei tem para o município, para que possam ali votar esta proposta em consciência. O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que, numa perspectiva política diria que “casa que não tem pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Quem lhe dera que aquilo que o Dr. Ferreira Gomes disse, fosse exclusivo da Câmara de S. Pedro do Sul. O problema é que por muito que custe, terá que o aplicar às Finanças Nacionais. A situação é tão grave que os empreiteiros estão a receber orientações do Instituto de Estradas, que obras que estão em andamento só podem facturar em Janeiro. Isto se fosse na Câmara Municipal, era um escândalo. É evidente que as dificuldades são a nível do País. Em relação às obras públicas, já não é mera indicação, é uma questão de cabimentação para levar a



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cabo obras até ao final do ano. Sendo a situação económica tão difícil, as dificuldades têm que ser repartidas por todos e entende que nem os municípios podem estar alheios às dificuldades, nem podem pagar sozinhos a factura. Aquilo que está em causa é saber se a distribuição dessas dificuldades são equitativas por todos, ou se penalizam os concelhos menos desenvolvidos e do interior. No estudo da ANMP, dos 24 concelhos mais desenvolvidos do país, 23 sobem e 1 desce. Em relação aos pequenos municípios é inversa. Isto a ser verdade, só vem dificultar o combate às assimetrias, porque se hoje os pequenos municípios, que têm a população mais dispersa e custos operacionais superiores em termos das infra-estruturas, já lutam com dificuldades, se virem as suas verbas reduzidas na transferência do estado, vão ter ainda mais dificuldades. Não tem dúvida nenhuma que a nova Lei vai trazer mais dificuldades para os municípios pequenos. Tal como nas autarquias, não acredita que o governo faça restrições por motivos de populismo ou popularidade, ou tenha gosto em ter as populações contra si. Se a nova Lei é boa, diz que, tal como para a maior parte dos municípios pequenos, é má para S. Pedro do Sul. O Sr. Vereador José Alberto Sousa esclareceu que, tendo como base o estudo da Deloitte, feito com base nos elementos de 2004, ia apenas cingir-se à parte financeira. Existem todos os anos transferências do estado para as autarquias. O grande volume vem através do FEF. O FEF acaba por ser o bolo que depois vai ser distribuído por todas as autarquias. Como é que obtêm o valor do FEF? É 25% da média aritmética simples do IRS, do IRC e do IVA. Isto acaba por ser um, doze avos da soma destes três impostos. Depois, no fim de termos o Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF, ele reparte-se em duas partes em percentagens iguais, 50% para o Fundo Geral Municipal e 50% para o Fundo de Coesão Municipal. Vamos ao Fundo Geral Municipal que é 50% do valor transferido para as autarquias. Qual é a parte que cabe a cada autarquia? Como é que isto se faz? 5% é igual para todos os municípios, 65% é na razão directa da população ou seja, quanto mais pessoas, mais recebe, 25% em função da área e da altimetria, das altitudes, 3% da área afecta à rede natura, 2% da área protegida não afecta a rede natura. Esta é a maneira como é repartido. Esmiuçando, na população e nas dormidas é que começa o problema porque utilizam uns ponderadores marginais que já passa a explicar: do 0 às 5.000 o ponderador é 3, das 5.001 às 10.000 o ponderador é 1, mais pessoas, menos transferência por cada pessoa, das 10.001 às 20.000 passa para 0,25. Agora o problema começa aqui, das 20.001 às 40.000 passa para 0,5, começa a subir, das 40.001 para 80.000 é 0,75, das 80.001 para cima passa a 1. S. Pedro do Sul tem pelos dados de 2004, 19.215 pessoas e as dormidas de 2004 foram 84.331. Como é que se faz isto das dormidas? Vê-se o total das dormidas, dividem-se por 365 dias e vai acrescentar na população. Em 2004 tivemos 84.331 dormidas, só o Inatel teve mais de 47.000. Se conseguissem chegar ao valor que acha que é razoável, das 365.000 dormidas, teriam mais 1.000 pessoas na população e já ultrapassariam as 20.000. Depois de ter feito contas, chegou à conclusão que por cada pessoa, em Lisboa deverão receber, pelos dados de 2004, 52 euros. S. Pedro do Sul recebe 13 euros por cada pessoa. Então isto é que é proteger o Interior? Se dão mais por cada pessoa, quatro vezes mais para Lisboa do que dão para nós! Julga que não será muito correcto. Para saberem os valores, S. Pedro do Sul vai ter 141.377 euros na parte que é igual para todos. Na população e dormidas vai ter 887.875 euros, na área e na altimetria vai ter 887.175 euros, na rede natura 223.199 euros, ou seja, da parte do fundo geral municipal vamos ter uma receita de 6.671.443 euros. Depois, temos o Fundo Social Municipal. O que é o Fundo Social Municipal? Tem a ver com as transferências de competências



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para as autarquias que são acompanhadas das devidas transferências em termos financeiros. Pode dar valores, mas gostava de falar de outras receitas ainda. As Câmaras agora poderão cobrar IRS e ficam a saber que em 2004 S. Pedro do Sul teve uma cobrança de 5.028.869 euros. Podemos ir dos 2 ao 5%, mas na parte fixa, ou seja, os 2%, correspondem a 20.000 contos. A parte variável corresponde a 30.000 contos. No total poderiam arrecadar, em termos de IRS, 251.443 euros. Depois existem outras receitas do município, que serão o IMI, o IMT, os veículos e a derrama. Há também uma novidade na derrama. O valor da derrama, que era 10% sobre a colecta, passa a ser 1,5% sobre a matéria colectável. Então S. Pedro do Sul no fim destas contas todas, do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, ficaria com 6.671.443 euros. Entretanto a lei criou os mecanismos de travão porque viu que isto ia dar grandes problemas às autarquias. Segundo ouviu dizer, havia uma autarquia que não tinha transferências e, então tiveram que rever esta situação. O que se vai passar em S. Pedro do Sul, de acordo com o estudo da Deloitte com base nos elementos de 2004, é que recebíamos 7.564.564 euros e passamos a receber 6.936.888 euros pela nova lei, mas como tem o travão de 2,5% vai receber 7.375.450 ou seja, menos 189.114 euros. Portanto a nova lei, em termos reais, para S. Pedro do Sul, diminui as transferências. S. Pedro do Sul à partida perderá 8,3%. Em resumo é uma lei que não nos favorece, aos pequenos municípios não favorece de certeza. Pessoalmente está totalmente contra esta lei porque ela os prejudica. Entende que o futuro está nos municípios do Interior. Esta lei beneficia outra vez os grandes e prejudica os pequenos e os médios. Relativamente ao endividamento, que é um tema que também interessa, quem com a lei de 1998 tinha um endividamento de 60%, neste momento, sem pedir um único empréstimo, tem um endividamento superior a 160%. Julga que esta causa deve estar acima dos Partidos. Passa a considerar-se o conceito de endividamento líquido em que o novo limite proposto corresponde a 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações dos municípios no FEF, da parcela fixa do IRS e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativas ao ano anterior. Fala-se muito das dívidas dos municípios, mas o total das dívidas dos municípios é inferior à dívida de duas empresas públicas e que são localizadas. Uma é o Metro de Lisboa, que só tem a ver com Lisboa, e a Refer. É uma dívida superior ao total das dívidas dos municípios. Acha que devem cortar, mas o estado também tem que olhar para a sua casa. Temos que defender mais para nós. Se estivesse do outro lado, fosse de que partido fosse, em primeiro lugar pugnaria por S. Pedro do Sul.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse que começava por contradizer o Dr. Sousa, porque as coisas são simples: A Comissão Europeia manda Portugal e seus parceiros afinar as contas e, Portugal tem de uma vez por todas de afinar as suas contas. Tem que controlar as despesas e procurar aumentar as receitas, são dois parâmetros inquestionáveis. No sentido de baixar o défice, a que é que temos vindo a assistir? Temos vindo a assistir a um apertar de cinto colectivo, mas sobretudo ao nível das pessoas singulares. Acha que todos os que estão ali naquela sala, já sentiram no final do mês os efeitos disso. E não quer falar no seu caso particular que há um ano devia ter progredido na carreira, que deveria ter saltado de escalão e, há



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um ano que está a marcar passo e provavelmente vai marcar mais um ano. Porque é que ele há-de apertar o cinto e porque é que as pessoas, neste caso institucionais, não hão-de apertar? Há pouco deu um exemplo paradigmático de uma obra que foi temporalmente mal feita: foi o caso da estrada de Vila Maior, em que se fez o investimento que foi útil nestes cinco anos, mas que veio a revelar-se um desperdício de dinheiro, porquê? Porque agora e, muito bem, há pouco estendeu a mão ao Sr. Presidente da Câmara pela infra-estrutura que lá introduziram de saneamento, só que essa infra-estrutura devia ter sido colocada antes do alcatroamento. Gastou-se ali uma determinada quantia em dinheiro, não importa se muito grande ou não, mas que constitui um desperdício, porque agora foi deitado para o lixo, quando o tapete estava novo, estava bom, impecável. E então a imagem que corre lá fora é que as autarquias desperdiçam muito dinheiro e todos assistimos a isso, não podemos fechar os olhos. Já passou por esta casa também, enquanto executivo, e sabe quanta energia se desperdiçava, quanto dinheiro se desperdiçava e continua a desperdiçar e, continuará a desperdiçar-se. Se é possível afinar a máquina, vamos procurar afinar e, portanto os sacrifícios têm que ser pedidos a todos, sob pena de haver uns coitadinhos que têm que apertar o cinto porque não têm voz, não podem reclamar e os outros vão continuando a desperdiçar, com mordomias, mais mordomias, etc. O sacrifício tem que ser para todos e, não é por acaso que as sondagens hoje dão o resultado que dão manutenção de maioria absoluta aos governantes que lá estão. Não é por acaso. Então o Governo toma medidas impopulares e continua a ser bem visto aos olhos da população? Há qualquer coisa aqui que, se calhar, não bate bem. O Sr. Presidente no início da intervenção disse tudo, disse “casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Ele faria aqui uma pequena alteração – casa onde não há pão todos ralham e todos têm razão – têm razão eles, ao quererem mais receitas para S. Pedro do Sul para termos mais obras, mas também tem o Governo porque tem que baixar o défice. A questão é tão somente esta. Todos os municípios no país perdem. Vota contra a proposta da ANMP até porque não é com vinagre que se apanham moscas. Acha que deve haver diálogo tão profundo quanto possível entre as partes.

- Sr. Deputado Municipal Pedro Miguel Mouro Lourenço (PS): Disse que, quer a lei actual da Dr^a Manuela Ferreira Leite, quer em relação à próxima lei, elas estão é atrasadas se calhar 15 anos. Se há 15 anos atrás já estivessem em vigor, se calhar não havia municípios nesta situação e não tínhamos o país nesta situação porque os municípios, no cômputo geral, foram dos grandes responsáveis pelo défice do País. Em relação à nova lei, é a favor dela. Os municípios mais desfavorecidos e os do interior já estão a ser compensados nesta lei e na próxima, com o Fundo de Coesão. O Fundo de Coesão é mesmo para corrigir assimetrias que haja entre os concelhos. Em relação à população, se S. Pedro do Sul está a ser prejudicado em relação à população que tem, ninguém tem culpa que em S. Pedro do Sul se calhar não tenha sido feito nada para sustar o êxodo rural que tem havido nos últimos anos. Por exemplo, Oliveira de Frades tem vindo a aumentar população, se calhar agora vai ganhar com isso que vai receber mais com a nova lei. O Governo não tem culpa que em S. Pedro do Sul não haja investimento e não haja industrialização que faça com que as pessoas residam cá, durmam cá e, faça com que S. Pedro do Sul vá receber mais mas, por outro lado se S. Pedro do Sul para além disso, na nova lei vem a ser prejudicado, a nova lei irá permitir que os municípios tenham uma margem de manobra no IRS de 3%. S. Pedro do Sul pode usar esses 3% para compensar.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-S. Deputado Municipal Manuel Monteiro Casais (PSD): Disse que só ia intervir para analisar de facto a razão desta discussão e desta proposta de rejeição apresentada pela ANMP. Isto se todos se recordavam, esta crise económica que estamos a viver, vem de quando? Vem essencialmente da gestão Socialista. Foi a gestão deixada pelo Primeiro Ministro António Guterres. O outro aspecto que é necessário reflectir e que as pessoas devem ter posições mais ou menos coerentes é que, quando era do tempo da governação do PSD, do Prof. Cavaco Silva, o Partido Socialista em particular, dizia que aquilo era uma ditadura. Era uma ditadura porquanto o PSD tinha maioria absoluta na Assembleia da República e aprovava tudo e, então todos diziam que a legislação era inconstitucional, etc. Hoje afinal o Partido Socialista é maioria absoluta e, portanto os outros não podem fazer oposição, não podem sequer tentar que haja diálogo e que haja no fundo conversações para rectificar as propostas que estão mal feitas. É essa posição que hoje o Partido Socialista não está a querer ter.

- Sr. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse ao Deputado Manuel Casais que achava que havia ali umas incorrecções graves. Não sabia se ele estava lembrado, mas o Prof. Cavaco Silva enquanto Primeiro Ministro, raramente cumpriu a Lei das Finanças Locais e quem participou em congressos da ANMP como ele participou então, lembra-se perfeitamente do barulho que o então Presidente Torres Pereira fazia nesses congressos. E lembrava-lhe o seguinte: se houve governo que cumpriu escrupulosamente a Lei das Finanças Locais, foi o governo de António Guterres.

- Sr. Deputado Municipal Manuel de Almeida e Silva (PSD): Recordava que no tempo do Prof. Cavaco Silva, a despesa do Estado relativamente ao PIB nunca ultrapassou os 40%. Foi com o Eng.º Guterres e que essa sumidade chamada Pina Moura, hoje a beneficiar os Espanhóis, que chegámos aos 50% e, ainda hoje lá estamos perto. Se de facto o PS, depois da governação do Eng.º Guterres, deixou o País numa situação económica difícil, não se compreende porque é que o Dr. Pedro Mouro elogiou a política na altura aplicada pela Drª Ferreira Leite? É porque ela tinha razão, retrospectivamente está-lhe a dar razão e, o que é que o Partido Socialista na altura dizia da Drª Manuela Ferreira Leite? Lembra-se bem do que diziam há quatro anos e felicita-os porque agora, ainda que retrospectivamente, lhe dêem razão.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que não deve ser partidarizada esta situação, porque hoje estão uns, amanhã outros. A lei não é para aplicar em S. Pedro do Sul ao PSD. Têm ali Juntas que são do Partido Socialista e também sofrem essas consequências. É uma lei restritiva para as autarquias. Se nos desligarmos partidariamente, teremos que responder, não concordamos. Se as Juntas de Freguesia levarem à Assembleia de Freguesia a pergunta: vai haver cortes dos apoios da Câmara, concordam? Podem dizer que compreendem, agora concordar com restrições, não.

Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto colocado a votação tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 16 (dezasseis) votos contra, dos seguintes Deputados Municipais do PS: Avelino da Silva de Almeida, António Augusto Ferreira Gomes, Sandra Marisa Martins de Figueiredo, Pedro Bruno Oliveira Almeida, António Carvalho de Almeida Casais, Pedro Miguel Mouro Lourenço, Sónia Maria da Rocha Cela, Augusto Sequeira Machado, António Batista de Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Candal, José Martins da Cruz Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Covas do Rio, Manuel Amadeu Ferreira Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva, Custódio Duarte Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce, Gumersindo Silva Marques, Secretário da Junta de Freguesia de S. Pedro do Sul em substituição de Vítor Manuel de A. Figueiredo, Presidente da Junta de freguesia de S. Pedro do Sul (PS), Serafim Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul, João Luís Fernandes Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Várzea e Manuel Mouro Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior.

Procedeu-se de seguida à análise do sexto ponto da ordem de trabalhos “ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SEU SUPLENTE PARA PARTICIPAÇÃO NO XVI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES”. Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou ter sido entregue à Mesa a proposta A, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentando para efectivo Manuel Mouro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior e para suplente, Serafim Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul. Quanto à proposta B, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresenta para efectivo Fernando Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres, para suplente Celestino Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos. Postas à votação, verificou-se o seguinte resultado:

Proposta A – 16 votos

Proposta B – 24 votos

Perante tal votação foi eleito, para participação no Congresso da ANMP, o Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres como efectivo e o Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos, como suplente.

De seguida procedeu-se à análise do ponto 7.1 da ordem de trabalhos, primeira proposta do Executivo: “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA PARA OS PRÉDIOS URBANOS E PRÉDIOS AVALIADOS NOS TERMOS DO NOVO CÓDIGO”, relativamente ao qual tinham sido distribuídos por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópias da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 11/09/2006, bem como fotocópia da informação da Directora do Departamento Técnico datada de 08/08/2006, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal esclarecido que uma vez que no ano passado seguiram uma indicação da Assembleia, foi aprovado por unanimidade, foi a um consenso que se chegou, a Câmara deliberou manter a proposta do ano passado e, portanto não proceder a alterações. A proposta ora apresentada é aquela que foi aprovada no ano anterior, ou seja 0,6% para os prédios urbanos e 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do novo código.

Não havendo intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida procedeu-se à análise do ponto 7.2 da ordem de trabalhos, segunda proposta do Executivo: “CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE S. PEDRO DO SUL”,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente ao qual tinham sido distribuídos por todos os membros do órgão deliberativo, fotocópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal de 14/08/2006, bem como suporte informático da carta educativa uma vez que era um documento extenso. O Vereador Rogério Duarte, com a anuência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que, em virtude de já se ter falado tanto em poupança naquela Assembleia, a Carta Educativa foi fornecida em suporte informático, CD, como medida de economizar um volume significativo de impressão em suporte de papel. Foi disponibilizado um exemplar em suporte de papel para consulta. O Vereador informou todos os presentes de que está reflectido no referido documento o que será o futuro da Educação, no Concelho de S. Pedro do Sul, nos próximos anos. Salientou, também, que a construção dos futuros Centros Escolares dependem directamente do apoio do Poder Central.

Verificaram-se as seguintes intervenções:

- Sr. Deputado Municipal Pedro Bruno Oliveira Almeida (PS): Disse que ia fazer um pequeno reparo antes de intervir sobre a Carta Educativa. Já há várias Assembleias em que coloca pontos antes da ordem do dia e o Sr. Presidente da Câmara diz que vai responder durante a Assembleia e o que é certo, é que nunca obtém resposta. Relativamente à Internet não lhe referiu porque é que está desactualizada e a questão do Centro de Saúde e do Polidesportivo de Vila Maior virem nas obras realizadas, uma vez que o Polidesportivo de Vila Maior já foi realizado no ano passado. Pensa também que deve haver um certo cuidado na documentação que é enviada. Sendo ele uma pessoa que lê minimamente a documentação para se inteirar das coisas, muitas delas, em algumas secções, vêm repetidas o que torna ainda mais fastidioso às vezes terem a vontade de ler aqueles documentos. Por isso, apela que haja um maior rigor e que certas obra e certas acções, mesmo na parte social, não venham repetidas duas, três vezes, como é o Projecto Ser Criança, porque é o apoio, é o material. Devemos ser mais rigorosos na elaboração dos documentos, porque um documento não é tão bom quanto maior é o número de páginas, mas sim a qualidade que ele reflecte. Relativamente à Carta Educativa, pode dizer que concorda com o método do CD porque 130 páginas para tanta gente eram um desperdício de papel e, quem de facto estiver interessado em conhecê-lo minimamente, abrirá o computador. Teve essa curiosidade até porque está também ligado à área da educação. Ficou um pouco surpreendido, pois não esperava ficar a conhecer coisas que não conhecia, como dados da realidade social, geográfica, de clima, de relevo do concelho. São importantes de facto, era um início para o que depois viríamos a obter. É também claramente favorável aos pólos escolares, uma vez que a rede que tínhamos estava totalmente desajustada, desactualizada e, nesse sentido concorda plenamente com aquele documento. Agora há uma grande questão: qual é a motivação, a vontade de que aquele papel seja posto em prática ou seja: temos ali um investimento à beira de um milhão de contos e, queria saber se de facto o município considera essa obra de importância primária, ou se irá estar no papel e teremos uma Carta Educativa muito bonita que, na sua opinião, está muito bem feita e reflecte de facto as necessidades do Concelho em termos de educação. Dá parabéns à equipa que a redigiu, mas em termos políticos gostava de saber se é para avançar ou se é para termos mais um documento bonito na prateleira.

- Sr. Presidente da Câmara Municipal: Disse que, houve duas referências em que teve de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contactar os Serviços Técnicos. Em relação ao Centro de Saúde - Obras (Jardim anexo ao novo Centro de Saúde), é uma obra que ainda não está concluída, que para além do próprio edifício há depois toda a parte envolvente e são responsáveis não só pelas infra-estruturas, mas também pelos arranjos exteriores e o que falta, está ligado à tubagem que vai servir as várias infra-estruturas nomeadamente jardim. O outro, pavilhão de Vila Maior é lapso, já está concluído. Em relação à Carta Educativa, os Equipamentos que vêm aí, é óbvio que quanto mais dificuldades e quanto menor é o volume de transferências, menos exequíveis se tornam. De todo o modo, faz fé no que disse o Dr. Mouro, de que as autarquias serão compensadas com mais dinheiro à disposição no Fundo de Coesão. Espera que isso venha a acontecer, porque é uma obra que não é para a capacidade financeira do Município. Será uma obra a candidatar, tendo a Carta Educativa, a definição aprovada em Assembleia de quais vão ser os pólos, estando tudo preparado, não há razões para não ser apoiada e acredita que dentro do novo quadro será apoiada porque, não valia a pena estarem a encerrar escolas se não fosse esta a filosofia do Ministério.

Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou ainda a votação a aprovação em minuta das sete deliberações (ponto 2, 3, 4, 5, 6, 7.1,e 7.2), tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, concordar.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Sr. Alfredo Silva, residente na Freguesia de Bordonhos, interveio chamando à atenção para a alimentação das crianças das escolas que até ali era feita nas cantinas das próprias escolas e, pelo menos em Bordonhos, não houve qualquer reclamação a nível da alimentação em todos os anos que conhece. Agora têm uma alimentação para as crianças, segundo aquilo que veio a saber, que parte de Carvalhais numa carrinha e vem ser distribuída às crianças após duas horas de andar a bater pelos terrenos. Pensa que há qualquer coisa que não estará bem. Não sabe porque é que foi dada a uma empresa de fora a alimentação e, há qualquer coisa que não é muito viável. Outro assunto: como é que as crianças que estão nos infantários, estão a ter um prolongamento no fim do tempo em que estão com uma professora e uma auxiliar. Se nesse momento houver um acidente com uma criança, o que é que essa pessoa faz? Pega na criança e deixa as outras sozinhas, ou o que é que ela faz? Há qualquer coisa que não está bem, temos que pensar nas crianças.

Sr. Vereador Rogério Duarte, esclareceu que é da responsabilidade da Câmara Municipal o fornecimento de refeições ao 1º Ciclo e ao Pré-escolar. O sistema que estava implementado no concelho era a confecção em cozinhas próprias, com gestão directa da Câmara Municipal. O Vereador informou que, várias vezes foi alertado pelo serviços de saúde, no sentido de que as cozinhas não estavam em conformidade legal com as exigências previstas na obrigatoriedade da implementação do sistema de autocontrolo, baseado nos princípios do **HACCP**, sistema que



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regula a higiene e segurança alimentares. Mais esclareceu que, quando a autarquia presta um serviço público, tem que cumprir aquilo que está legislado e, neste caso, para se equiparem as cozinhas com as condições exigidas com vista à obtenção do certificado de HACCP ou sistema de autocontrolo, seria necessário fazer um investimento demasiado avultado, o qual não se justificava neste momento. O Vereador referiu, ainda, que, enquanto estiver com a responsabilidade da Educação no Concelho de S. Pedro do Sul, vai tentar não cometer ilegalidade alguma e, se porventura, isso vier a acontecer, nunca será conscientemente. Salientou, também, que o sistema que vigorou anteriormente, funcionou durante anos e desempenhou um excelente papel no apoio às crianças e respectivas famílias. O motivo que levou à alteração no serviço foi, única e simplesmente, a obrigatoriedade da implementação, já no ano de 2006, do sistema de autocontrolo ou HACCP. Comunicou que estabeleceu contacto com todas as IPSS's do concelho e, em reunião havida com as mesmas, lançou-lhes o desafio de serem elas a assegurarem o serviço de refeições, desde que satisfizessem as regras de segurança e higiene alimentares, uma vez entender que a riqueza gerada no Concelho deve, tanto quanto possível, ficar na nossa terra. As diferentes instituições que manifestaram interesse na prestação do serviço, reuniam as condições exigidas e foi elaborado um caderno de encargos a cumprir por ambas as partes. Houve algumas IPSS's que anuíram à ideia, nomeadamente o Centro Social de Valadares, o Centro Social de Vila Maior, a ARCA e o Centro de Promoção de Carvalhais. A Misericórdia também foi convidada mas não manifestou interesse. Ficou uma parte do Concelho sem cobertura deste serviço, pelo facto das diferentes IPSS's não terem manifestado interesse em efectuar o serviço em algumas escolas do concelho, concretamente, no agrupamento de S. Pedro do Sul. Das escolas pertencentes ao Agrupamento de S. Pedro do Sul só Vila Maior e Sendas é que ficaram cobertas. Foi aberto concurso para as restantes escolas mas, a empresa que ganhou veio, posteriormente, exigir uma cozinha de dimensões e equipamento inexistente no Património da Câmara Municipal. Foi, novamente, oferecido às diferentes IPSS's o serviço que faltava. Só o Centro de Promoção Social de Carvalhais possuía uma cozinha com capacidade para dar resposta à situação. Avançou-se para essa solução e a comida sai entre as 11h15m e as 11h45m e chega às escolas por volta das 12h, portanto, medeia sensivelmente meia hora. É transportada em contentores térmicos dentro de "containeres". As IPSS's estão muito atentas e têm feito um serviço de boa qualidade.

Sr. José Carlos Chã de Almeida, residente em S. Pedro do Sul, perguntou relativamente à Carta Educativa se ela ia ser disponibilizada aos munícipes, eventualmente através do "site" da Câmara, porque acha que é um documento que devia merecer um conhecimento mais alargado a toda a comunidade, não só da Assembleia e Comunidade Escolar.

Sr. Vereador Rogério Duarte: Esclareceu que a Carta Educativa vai agora ser enviada para o Ministério da Educação, que é o último órgão a aprovar e que só depois é que será divulgada, estando disponível "on-line". Referiu que a Carta Educativa foi apresentada e aprovada em Reunião de Câmara e no Conselho Municipal de Educação, que é um órgão onde estão representadas 19 instituições, desde os Pais, Educadores de Infância, Professores dos 1º, 2º e 3º Ciclos, Professores do Ensino Secundário, GNR, IPJ, Segurança Social, Câmara Municipal, Centro de Emprego, DREC, etc. Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em qualquer altura poderá ser alterado, estando aberto a sugestões.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-Sr. José Luís Martins Correia, residente em Bordonhos, disse que é membro da Assembleia de Freguesia de Bordonhos e têm uma rotunda no Alto Barro há três ou quatro anos que está uma vergonha. Chamou também a atenção para os maus cheiros que advêm dos dois restaurantes situados nessa mesma rua, tendo já alertado inclusivamente a Junta de Freguesia. Disse também que, uma estrada que foi aberta, mais ao menos há dois anos, a Junta de Freguesia prometeu fazer os muros e, ainda não foram feitos.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 18h15m, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada, nos termos legais, pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,